

## VIDA NUA E RACIONALIDADE NEOLIBERAL NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PENSAMENTO DE AGAMBEN

BARE LIFE AND NEOLIBERAL RATIONALITY IN EDUCATION:

AN ANALYSIS FROM THE THOUGHT OF AGAMBEN

Túlio Almeida Rocha Pires<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0003-3670-5435>

Carlos Betlinski<sup>2</sup>

<https://orcid.org/0000-0003-1747-466X>

### Resumo

Sob a égide de cortes no investimento público na educação brasileira, ataques à honra das instituições universitárias federais e do sucateamento do direito social à educação no Brasil, contempla-se, no mesmo contexto das democracias em construção, a influência dos oligopólios e interesses privados nos espaços de tomada de decisão que, em tese, deveriam ser ocupados e utilizados com o fim democrático de defesa da coletividade. A partir desse contexto, a pesquisa se fundamentou nos postulados de Rolnik (2018), Agamben (2002), Dardot e Laval (2016), para responder ao seguinte questionamento: quais as consequências das políticas neoliberais na educação a partir do conceito de *vida nua* em Agamben? Nesse sentido, a pesquisa teve como objetivos principais estabelecer um estatuto conceitual da noção de *vida nua* com base nos fundamentos teóricos de Giorgio Agamben na obra *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I* (2002) e, após, analisar de que maneira essa ideia pode amplificar a compreensão do fenômeno das políticas neoliberais na educação brasileira. Nesse sentido, o diagnóstico do contexto neoliberal, a partir das lentes conceituais viabilizadas por Agamben, permite denotar a função precípua das políticas neoliberais e da precarização da educação pública como ferramentas dispostas pela razão neoliberal que operam a colonização intelectual e subjetiva dos corpos humanos conforme os desígnios do capital.

**Palavras-chave:** Vida nua; Racionalidade neoliberal; Educação.

### Abstract

Under the aegis of cuts in public investment in Brazilian education, attacks on the honor of federal university institutions and the scrapping of the social right to education in Brazil, the influence of oligopolies and private interests in decision-making spaces that, in theory, should be occupied and used for the democratic purpose of defending the collectivity. From this context, the research was based on the postulates of Rolnik (2018), Agamben (2002), Dardot and Laval (2016), to answer

<sup>1</sup> Universidade Federal de Lavras – UFLA. Mestrado em Educação, Lavras/MG, Brasil.

<sup>2</sup> Universidade Federal de Lavras – UFLA. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação. Lavras/MG, Brasil.

the following question: what are the consequences of neoliberal policies in education from the concept of *bare life*? in Agamben? In this sense, the research had as main objectives to establish a conceptual statute of the notion of *bare life* based on the theoretical foundations of Giorgio Agamben in the work *Homo Sacer: the sovereign power and the bare life I* (2002) and, after, to analyze how this his idea can amplify the understanding of the phenomenon of neoliberal policies in Brazilian education. In this sense, the diagnosis of the neoliberal context from the conceptual lens made possible by Agamben allows us to denote the primary function of neoliberal policies and the precariousness of public education as tools provided by neoliberal reason that operate the intellectual and subjective colonization of human bodies according to the designs of the capital.

**Keywords:** Bare life; Neoliberal rationality; Education.

## INTRODUÇÃO

A partir das discussões acerca dos modos de subjetivação colonial-capitalísticos capitaneadas pelo pensamento de Suely Rolnik, verifica-se que a nova dobra do capitalismo avança nas fronteiras do domínio do poder sobre os corpos para além das dimensões geográficas. Assim, para que a engrenagem histórica da exploração humana, de hierarquização e acúmulo das riquezas continue em seus fluxos excludentes, a nova forma do poder hegemônico tende a realizar uma colonização sistêmica da própria subjetividade (ROLNIK, 2018).

No Brasil desde a década de 1990, mas com muito mais vigor no período de 2019 e 2022, observa-se profundos cortes no investimento público na educação, ataques à honra das instituições universitárias federais e o sucateamento do direito social à educação. Contempla-se, no mesmo contexto das pretensas democracias representativas, a influência dos oligopólios e interesses privados nos espaços de tomada de decisão que, em tese, deveriam ser ocupados e utilizados com o fim democrático do interesse comum da coletividade.

Desse modo, a nova forma do totalitarismo, o neoliberalismo (CHAUÍ, 2019), arrefece a instrumentalização da unidade complexa dos corpos humanos ao serviço do funcionamento sistêmico e global de inter-relações econômicas, políticas e sociais, fornecendo dispositivos de poder e controle nunca antes vistos na história da humanidade.

O exaurimento da efetividade dos diplomas normativos; o uso amplamente difundido de equipamentos e redes de *internet* que produzem preciosos dados no mundo virtual e o desconhecimento igualmente profundo por parte dos usuários acerca dos modos de funcionamento dessas mesmas tecnologias e de seus respectivos protocolos de operação; o desmanche das instituições públicas de ensino e o intuito contínuo de degradação de sua imagem perante as massas; a decadência do equilíbrio ecológico e os atuais moldes da exploração dos recursos naturais; são exemplos da conjuntura em que se inscreve o trauma trágico do cotidiano no presente neoliberal.

Fundamentado nos postulados de Rolnik (2018) e com base nas análises políticas de Agamben (2002), Dardot e Laval (2016), este artigo elegeu o seguinte problema de investigação: quais as consequências da racionalidade neoliberal na educação a partir do conceito de *vida nua* em Agamben?

Nesse sentido, a pesquisa teve como objetivos principais estabelecer um estatuto conceitual da noção de *vida nua* a partir dos fundamentos teóricos de Giorgio Agamben na obra *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I* (2002) e, após, analisar de que maneira essa ideia pode amplificar a compreensão do fenômeno das políticas neoliberais na educação brasileira, com suporte nos referenciais desenvolvidos por Suely Rolnik (2018), Pierre Dardot e Christian Laval (2016).

A metodologia adotada para a realização dessa investigação tomou a forma de uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório e qualitativo para a interpretação dos postulados teóricos que serviram de base para o estudo. Nesse sentido, o percurso analítico tomou a seguinte forma: primeiro, a pesquisa se preocupou em conceituar a ideia de *vida nua* com base no pensamento de Agamben (2002). Após, a pesquisa buscou suporte nos postulados de Rolnik (2018), Dardot e Laval (2016) para investigar quais as consequências do fenômeno da racionalidade neoliberal na educação a partir da ideia de *vida nua*.

A rapidez instituída pelos fluxos do capital e o funcionamento sistemático de seus dispositivos de subjetivação e intervenção política, tanto nas pautas orçamentárias como no ataque contínuo ao funcionamento das instituições públicas de ensino e da perspectiva humanista e democrática dos processos educativos, são exemplos que justificam a necessidade de reflexão acerca do fenômeno neoliberal e de compreensão de suas consequências para a vida em sociedade.

Nesse sentido, a presente pesquisa também se justifica na medida em que realiza um diagnóstico dos fluxos estruturantes das engrenagens neoliberais na educação brasileira, possibilitando novas formas de compreensão de suas estratégias de exercício de poder e de sua organização na contemporaneidade a partir das chaves de leitura fornecidas pelo referencial teórico mencionado em epígrafe.

## O PARADIGMA EXISTENCIAL DA VIDA NUA A PARTIR DE AGAMBEN

A questão do homem sacro e da *vida nua* trabalhada na obra de Giorgio Agamben inicia-se por uma diferenciação conceitual presente no termo *vida* a partir da tradição grega que empregava historicamente, por um lado, o termo *zoé* para se referir à vida organicamente constituída, a dimensão biológica dos organismos ou da existência abstrata de entidades divinas e, por outro lado, o termo *bíos* para mencionar algo relacionado à tradição cultural de uma organização social ou de um hábito individual, um modo particular de se viver (AGAMBEN, 2002).

Já a partir do pensamento de Aristóteles, Agamben denota que a vida entendida como o modo de vivência de um grupo e da organização de uma sociedade é pautada de maneira mais específica no cotidiano da *pólis* grega. Assim, a vida, nesse contexto, também poderia ser entendida como a vida política (*pólis*), a vida enquanto cenário das relações de poder entre os cidadãos e os atores da cena social (AGAMBEN, 2002).

Assim, pautado pela diferenciação polissêmica do termo *vida* em seus contextos desde a tradição grega, Agamben desenvolve uma análise política que pressupõe considerar *zoé*, assim como *bíos*, duas dimensões a serem manipuladas pelo exercício do poder soberano (AGAMBEN, 2002). Nesse sentido, ao poder soberano cabe desenvolver e manejar políticas de subjetivação,

formas de tornar-se sujeito vivente em uma plataforma existencial social organizada segundo uma *bíos* que seja capaz de atender a esse mesmo poder soberano.

Assim sendo, o poder neoliberal-totalitário subsiste por meio de uma *bíos* (ou de uma vida política, *pólis*) formatada em moldes que permitam conduzir a dimensão vital do humano (*zoé*) por vias que sirvam à manutenção de suas formas de exploração, acumulação de riquezas e de retroalimentação de seus fluxos com base em subjetividades homoganeamente padronizadas sob uma racionalidade própria.

Posto isso, enquanto os atores do cenário macropolítico tentam arregimentar esforços retóricos direcionados às massas acerca da vigência de uma organização estatal racionalmente estruturada (que funciona conforme um processo de participação democrática), na prática política e jurídica o que se percebe, especialmente nos países periféricos do capitalismo, é a emergente decomposição das supostas democracias dos Estados de direito. Cenários de evidente inefetividade de garantias jurídicas básicas e de despojo dos corpos humanos como engrenagens facilmente substituíveis com a conjuntura do desemprego estrutural necessário ao modo de produção neoliberal.

A antiga ideia do paradigma da *vida nua* encarnada na figura do homem sacro é derivada da tradição do direito romano e é elucidada a partir do pensamento de Agamben (2022). Ocorre que essa presença nua de dignidade e respeitabilidade se inscreve contemporaneamente no contexto mesmo do neoliberalismo totalitário. Essa é a existência sagrada e ao mesmo tempo descartável que assume a corporeidade de uma *zoé* em sua dimensão nua, despida dos artifícios da civilização.

A vida do *homo sacer* emerge como aquela que ao mesmo tempo é consagrada (ou entregue) aos deuses, mas impura e que atualmente subjaz destinada pelo poder biopolítico totalitário a essa classe de pessoas que performam existências ambivalentes, situadas entre o sagrado e o profano, o inconveniente, o aparentemente dispensável (e que também é composta por aqueles que são formalmente sujeitos de direitos, mas despojados da efetividade de seus direitos mais básicos).

O artifício ideológico que se ergue a partir da aparente contradição entre a noção de uma existência dispensável, impura e profana do homem sacro e a sua sacralidade, advém de uma ideia secundária de que sua existência, na medida em que se encontra consagrada aos deuses, já é considerada como sendo de propriedade divina, pertencente aos deuses (AGAMBEN, 2002). Em outras palavras, não poderia o *homo sacer* ser sacrificado como forma de punição, contudo, quem o matasse não era punido, considerando que a natureza do *homo sacer* já se encontrava sob domínio divino.

Essa morte (ou “matabilidade”) do homem sacro, se não era autorizada pela via do sacrifício aos deuses, o poder soberano também não poderia dispor deliberadamente da *zoé* encarnada por esse *homo sacer*. Em contrapartida, sua morte era, por uma via secundária, tacitamente aceita caso alguém lhe imputasse mesmo assim o fim de sua existência, “visto que as almas dos *homines sacri* eram *diis debitae* [devidas aos deuses, tradução livre], procurava-se mandá-las ao céu o mais rápido possível” (AGAMBEN, 2002, p. 81).

Uma vez considerando que essa categoria subalterna e “sagrada” da sociedade já estava relegada ao domínio do divino, se não pertence mais a civilização dos homens, só lhe restava ser banida deste mundo. Ocorre que essa mesma categoria aparentemente descartável de humanos se torna, no contexto da biopolítica totalitária neoliberal, o fundamento de seu funcionamento.

Assim, se as vidas despojadas de dignidade poderiam ser concebidas como consequências do funcionamento caótico da organização social, Agamben amplia essa concepção possibilitando interpretar que a presença da *vida nua* emerge não como mera consequência do sistema dominante, mas como um pressuposto do funcionamento neoliberal totalitário (AGAMBEN, 2002). Em outras palavras, a *vida nua* não existe enquanto uma mera decorrência do funcionamento excludente do atual regime político dominante, mas, torna-se pressuposto necessário ao seu funcionamento.

O paradigma existencial da *vida nua* (vida despida da sua dignidade inerente) torna-se, conforme Agamben, “o novo corpo biopolítico da humanidade” (AGAMBEN, 2002, p. 17). De acordo com o referencial teórico máximo desse estudo:

a nossa política não conhece hoje outro valor (e, conseqüentemente, outro desvalor) que a vida e até que as contradições que isto implica não forem solucionadas, nazismo e fascismo, que haviam feito da decisão sobre a vida nua o critério supremo, permanecerão desgraçadamente atuais (AGAMBEN, 2002, p. 18).

A vida nua que habita espalhada pelas cidades dificilmente figura como a pauta central que se pretende resolver com o trabalho cotidiano da sociedade. Essa mesma vida despida de dignidade não se torna a problemática suprema a ser solucionada pelo corpo social de modo a dar efetividade das garantias jurídicas básicas.

Essa vida aparentemente dispensável, inconveniente (que se insiste em não enxergar), instala-se em uma fratura do discurso da vigência dos Estados democráticos e de direito (em tese, garantidores da dignidade e da efetividade dos direitos humanos, básicos e universais).

Com efeito, o cenário neoliberal do presente contribui com as estruturas de hierarquização e exploração dos corpos humanos no funcionamento do fluxo sistêmico da sociedade, em sua rede de interdependências e relações globais, estabelece dispositivos cada vez mais eficientes de domesticação e vigilância do rebanho humano no cotidiano de seus afazeres.

Em outras palavras, é possível conceber as relações de poder inscritas no cenário macropolítico capitalista do presente como engrenagens atuantes na dimensão biológica dos corpos humanos, implicando modos próprios e específicos de administração de suas formas de vida, uma *bíos* e uma *zoé* administradas conforme os interesses econômicos dominantes.

Aprofundando essa discussão, Agamben denota, assim, que a figura do *homo sacer* se revela existente em uma dimensão social determinada aos excluídos (AGAMBEN, 2002). Nesse sentido, o Estado de exceção de direitos básicos não se inscreve no contexto do direito positivo como mera inobservância ou exceção da lei, mas como suspensão sumária de sua vigência e da própria validade do ordenamento jurídico.

O homem sacro torna-se uma pessoa que “é simplesmente posta para fora da jurisdição humana sem ultrapassar para a divina” (AGAMBEN, 2002, p. 89). Assim, é possível transpor a figura do *homo sacer* da herança do direito romano para o contexto em que hoje emerge como o paradigma essencial da racionalidade neoliberal hegemônica, sobretudo porque opera conforme a

exclusão de determinados seres (considerados como subalternos) da possibilidade de reconhecimento de suas existências enquanto válidas, dignas de respeitabilidade.

Aos integrantes da imensa massa de indivíduos despojados de seus direitos mais básicos, o atual regime dispõe de artifícios simbólicos de aquietação e fragmentação, enquanto a concretização de suas condições humanitárias fundamentais é postergada para um futuro cada vez mais incerto (NEVES, 2011). Nesse sentido, a padronização das formas de vida (e do “tornar-se sujeito”) conforme a racionalidade neoliberal é operada de acordo com um regime de inconsciente colonial-capitalístico que, assim como preleciona Suely Rolnik (2018), consubstancia-se em uma política de subjetivação neoliberal, uma política de subjetivação posta a serviço da perpetuação da hegemonia do sistema totalitário.

O atual exercício do poder sobre os corpos determina sobre sua *bíos* um modo de articulação das forças pulsionais e vitais (*zoé*) dos indivíduos pautado por processos que exaurem a potência da vida humana e que se estende para as demais formas de vida habitantes da biosfera. Caracteriza-se, além disso, por contraste com a pluralidade das formas de vida existentes na natureza e do fluxo das múltiplas possibilidades de corporificação de novas maneiras de viver (*bíos*) e de experimentar a existência. O neoliberalismo, entendido aqui conforme os postulados de Marilena Chauí (2019) como a nova forma do totalitarismo, alimenta-se do desejo conservador e dele extrai sua energia propulsora.

A disciplina arregimentada pela biopolítica do Estado de exceção contemporâneo submete a massa de indivíduos a uma série de artifícios ideológicos e simbólicos que representam as bases da cosmovisão de uma vida configurada conforme os interesses neoliberais. A expressão da *vida nua* nos dias de hoje representa (para além das existências humanas despidas de dignidade) a tragédia da apropriação totalitária da potência inerente à *zoé* posta a serviço dos interesses dominantes do capital, a absoluta instrumentalização utilitária dos corpos a serviço dos atores sociais dotados de poder econômico.

Assim, alimentada pela presença do desejo conservador, essas mesmas subjetividades, já colonizadas, apegam-se à ideia de que “não se pode fazer nada, a não ser adaptar-se” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 234). Aprofundando essa discussão, Agamben fornece mais elementos para análise do fenômeno aqui posto em questão na medida que assevera que:

O que ocorreu e ainda está ocorrendo sob nossos olhos é que o espaço “juridicamente vazio” do estado de exceção (em que a lei vigora na figura – ou seja, etimologicamente, na ficção – da sua dissolução, e no qual podia, portanto, acontecer tudo aquilo que o soberano julgava de fato necessário) irrompeu de seus confins espaço-temporais e, esparramando-se para fora deles, tende agora por toda parte a coincidir com o ordenamento normal, no qual tudo se torna assim novamente possível (AGAMBEN, 2002, p. 44).

Desse modo, o estudo em questão é urgente, sobretudo, porque trata de pavimentar novas formas de interpretar os fluxos e funcionamentos da biopolítica do atual regime a partir de suas intervenções na dimensão do direito social à educação.

Pensar acerca das consequências das reformas neoliberais no campo da educação brasileira pode, então, desobstruir maneiras de insurreição diante do aprofundamento da compreensão dos dispositivos do atual regime político-econômico hegemônico. Em outras palavras, trata-se de abrir

caminhos para as formas de compreensão do sistema totalitário lá de onde ele extrai sua força vital e opera sua opressão colonizadora.

## **VIDA NUA COMO NÚCLEO CENTRAL DO TOTALITARISMO DE MERCADO**

A biopolítica nos Estados contemporâneos aprimora as técnicas de controle e coação dos integrantes da sociedade que se tornam cada vez mais fragmentados e reduzidos à condição de indivíduos. Nessa seara, perde-se a dimensão dos direitos sociais e da essência originária das instituições públicas criadas para dar efetividade aos direitos e conferir dignidade a cada um dos seres humanos constituintes do tecido social.

Cada indivíduo colonizado, detentor unicamente de sua força de trabalho, é reduzido a uma unidade orgânica capaz de prestar determinados serviços a alguém que lhe pague o mínimo possível para a realização do trabalho (MARX, 2008). Essas mesmas unidades biológicas dos corpos compõem uma massa monumental de pessoas subjetivamente padronizadas sob os ideais de competição, subordinação e hierarquização, corpos desconectados de sua potência insurrecional por dignidade e melhores condições de vida, adaptados à cosmovisão neoliberal totalitária.

Uma das referências teórico-políticas da racionalidade liberal que marcou o fim da era do Estado do bem-estar social e deu início ao Estado neoliberal foi o economista e filósofo austríaco Friedrich Hayek<sup>3</sup>, que em seus postulados foi notável defensor do liberalismo. Uma de suas teses centrais é a defesa do livre mercado como forma de corrigir os rumos da divisão mundial do trabalho e garantir o progresso econômico das nações. Seguindo essa mesma lógica, asseverou também, que a única maneira de sustentar a massa humana segundo padrões de vida da época só seria possível com a progressão do sistema liberal de organização do trabalho (HAYEK, 1990).

Se, por um lado, Hayek defendeu a via evolucionária do sistema liberal de organização e divisão mundial do trabalho para que se mantivessem os padrões de vida de uma população que cresce a cada dia, por outro lado, esse “padrão de vida” é um elemento básico que denota a maneira com a qual os padrões de consumo, de hábitos e de relações para com as demais formas de vida na natureza são administrados em favor do funcionamento das estruturas de exclusão social, de exaurimento dos recursos naturais e até mesmo de crises humanitárias existentes em diversos locais do planeta.

Dessa forma, a exploração dos corpos se reveste de princípios cada vez mais profundos e difusos de competição que emergem como condição *sine qua non* imputada à massa populacional do mundo como forma de obtenção do mínimo necessário para a manutenção da própria

---

<sup>3</sup> Friedrich Hayek (1899-1992) foi um economista e filósofo austríaco-britânico, conhecido por suas contribuições à teoria econômica e à filosofia política. Ele é considerado um dos principais expoentes da Escola Austríaca de Economia e um dos mais importantes defensores do liberalismo clássico no século XX. Ele é conhecido por sua defesa do livre mercado e da liberdade individual contra o planejamento centralizado e o coletivismo. Em sua obra mais famosa, "O Caminho da Servidão" (1944), ele argumentou que o socialismo e o planejamento centralizado levariam inevitavelmente à tirania e à perda da liberdade individual. Em vez disso, ele defendia um sistema econômico baseado na livre iniciativa, na propriedade privada e na concorrência livre.

subsistência dos corpos. Os postulados de Marx permitem ampliar a análise desse fenômeno na medida em que tal autor adverte que, em proveito do capitalista:

Não fica tempo para o desenvolvimento intelectual, para o livre exercício do corpo e do espírito. O capital monopoliza o tempo que o desenvolvimento e equilíbrio do corpo em perfeita saúde exigem, escamoteia o tempo do sono ao mínimo do pesado entorpecimento, sem o qual o extenuado organismo não poderia funcionar (MARX, 2008, p. 106).

Aprofundando essa discussão, Conforme Dardot e Laval, é possível conceber que sob o raciocínio de preservação dos padrões de vida contemporâneos subjaz a defesa da “preservação da eficiência da ordem do mercado [...] garantir a segurança dos agentes econômicos” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 178). Assim, é a ordem do mercado, são os ditames hegemônicos dos atores sociais dotados de poder econômico que determinam as formas de vida (*bíos*) necessárias à preservação das estruturas de exploração e acúmulo de riquezas.

Tais chaves de leitura permitem conceber os efeitos neoliberais sobre as pautas educacionais como elementos de fortalecimento da desarticulação política e impedimento da emancipação intelectual das massas que a cada dia tornam-se vítimas do intencional sucateamento das instituições públicas de ensino ou tornam-se relegadas a uma educação padronizada oferecida pelas empresas privadas.

Assim, o que se pretende perscrutar adiante é que na verdade as consequências das pautas mercadológicas/neoliberais sobre a educação revelam traços da atual forma do exercício do poder sobre os corpos que tende a instalar processos de subjetivação próprios, tecnologias constituídas sob o ideário da competição e consumo, que propiciam a reprodução sistêmica das formas de opressão e exclusão social, a perpetuação da própria figura do *homo sacer* e sua vida nua em pleno século XXI.

Tal *modus operandi* da subjetividade constituída sob os auspícios da ideologia neoliberal funciona mediante representações e ideações artificialmente gestadas pelos atores econômico-políticos e utiliza-se de elementos simbólicos que articulam o deslocamento das massas de seu potencial insurrecional contra as mesmas estruturas e dispositivos de manutenção da sua indignidade, exploração, miséria, inefetividade de direitos básicos e assim por diante.

Desse modo, na medida em que as pautas neoliberais se instalam nas políticas e nas reformas educacionais (e em outras reformas que afetam os direitos sociais) patrocinadas pelo Estado brasileiro, cada vez mais, a dimensão universal, pública e democrática do direito à educação é reduzida. Portanto, o núcleo central que alimenta o totalitarismo de mercado contemporâneo e que o permite exercer seu poder soberano, constitui-se da colonização das subjetividades e da desarticulação sistêmica dos indivíduos conforme se tornam cada vez mais despossuídos de direitos e alheios da perspectiva de educação pública, de qualidade social e que fortaleça a formação democrática e cidadã dos sujeitos. Perde-se o ideário que associa educação e humanização, educação e a formação política.

## **RACIONALIDADE NEOLIBERAL NA EDUCAÇÃO COMO FUNDAMENTO QUE RETROALIMENTA A VIDA NUA**

Ampliando a compreensão acerca da função metodológica da racionalidade neoliberal na educação torna-se possível percebê-la como ferramenta fundamental destinada a operar processos de subjetivação receptivos aos interesses mercadológicos, tornando as massas cada vez mais flexíveis e adaptáveis aos ajustes necessários à conservação da engrenagem neoliberal de exploração, de perpetuação da servidão dos corpos.

No cenário brasileiro, desde o início dos anos de 1990 a escalada neoliberal se fez presente nas políticas patrocinadas pelos governantes que comandaram o Estado. Temas como abertura de mercado, privatizações, reformas previdenciárias, trabalhistas e educacionais são marcantes em um conjunto de medidas que buscaram alinhar a economia e a política brasileira aos princípios empresarias do mercado liberal globalizado. Diversas reformas iniciadas ainda nos anos de 1990 são recorrentes no campo específico da educação, tais como a implantação dos PCNs, sistemas de avaliações externos, reformas curriculares do Ensino Médio e do Ensino superior, notadamente aquelas que implicam na alteração do currículo e controle do trabalho.

A partir desse marco histórico o conteúdo dos discursos e das falas públicas encenadas pelos atores que compõem as pastas governamentais tornaram-se mais agressivas e ofensivas contra a imagem e a honra das instituições públicas de ensino e pesquisa, assim como contra seus professores e estudantes.

O desmanche do direito social à educação e o sucateamento pretendido pelas pautas privatistas e conservadoras obteve reação de parte considerável dos teóricos da educação no país. A exemplo dos postulados de João Paulo de Souza da Silva e Danielle Mei, denota-se em suas palavras que:

O fim da destinação dos recursos do pré-sal para educação, o congelamento dos investimentos sociais por 20 anos, a implementação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), o projeto “Escola Sem Partido”, a reforma do ensino médio são apenas diferentes frentes de desconstrução do ideal de uma escola pública, laica, gratuita e de qualidade, no horizonte da educação brasileira (SILVA; MEI, 2018, p. 290).

Nesse sentido, partindo do que preleciona Suely Rolnik, “é do embate entre políticas do desejo que se constitui o campo de batalha na esfera micropolítica” (ROLNIK, 2018, p. 113). Isto significa, em outras palavras, que para instalarem as reformas e pautas de interesse dos atores políticos dotados de poder econômico é necessário que o atual regime neoliberal opere maneiras pelas quais a massa possa assimilar os interesses dos grupos dominantes como benéficos ao povo, como solução final para os problemas da população.

Com base nesse horizonte, não cabe à racionalidade neoliberal oferecer uma educação pública de qualidade, focada na promoção da dignidade humana, na formação democrática e cidadã, reflexiva e humanista para o povo. Ao contrário, cabe ao poder político hegemônico fornecer um povo subjetivamente condicionado e apto a receber a educação formatada e padronizada pelos grupos dotados de poder econômico. Conforme os postulados foucaultianos:

Os traços biológicos de uma população se tornam elementos pertinentes para uma gestão econômica e é necessário organizar em volta deles um dispositivo que

assegure não apenas sua sujeição, mas o aumento constante de sua utilidade. (FOUCAULT, 2021, p. 304).

No escopo desse conjunto de tecnologias de subjetivação, de dispositivos biopolíticos exercidos sobre os corpos, Suely Rolnik (2018) teoriza acerca de um modo específico de constituição e comportamento da subjetividade pautado em uma micropolítica reativa, em um funcionamento desejante reativo constituído por uma política do desejo gestada sob os desígnios do ideário da racionalidade neoliberal.

A partir desse entendimento, esses desígnios, tais como os supracitados, visam transformar a máquina Estatal em um artifício de fortalecimento dos interesses privados de uma parcela mínima de indivíduos e grupos econômicos detentores do poder econômico, deixando de lado a legitimidade e respeitabilidade dos interesses do povo (e dos povos) e a efetividade dos direitos sociais e fundamentais da população.

Isso quer dizer que cabe ao comando neoliberal do Estado produzir cosmovisões e comportamentos em massa que sirvam aos interesses do mercado. Essa mesma subjetividade reativa, que retroalimenta os fluxos de sustentação do atual sistema, constitui-se de referências socioculturais artificialmente gestadas sob os ideais do sistema neoliberal-totalitário que, conforme Rolnik, “nos levam a nos submeter a ele e reproduzi-lo ao infinito” (ROLNIK, 2018, p. 59).

A escalada pela desarticulação da educação pública e da construção democrática das sociedades passa por uma série de artifícios engendrados pela racionalidade neoliberal. Teóricos como Carlos Magno Augusto Sampaio, Maria do Socorro dos Santos, Peri Mesquida exemplificam as operações realizadas pela razão econômica hegemônica. Em suas palavras, tais autores denotam os seguintes tópicos:

1. Afastamento do Estado como agente financiador da educação. 2. Privatização das instituições públicas de ensino. 3. Ênfase sobre a avaliação e controle – Estado avaliador e controlador [...] 6. Tecnização das ações educativas. 7. Ênfase sobre os fins a serem atingidos, pois estes justificam os meios. 8. Preparação escolar profissionalizante e técnica para atender à demanda das empresas (pós-médio, institutos de educação, cursos normais superiores, etc.). 9. Formação rápida e à distância. Formação esta oferecida, geralmente, por agências de mercantilização do ensino. 10. Fetichização da educação. 11. A educação precisa trabalhar com a idéia [sic] de que vivemos numa “sociedade do conhecimento”, e a língua oficial dessa sociedade, isto é, seu “quadro vocabular”, está “digitado” em inglês: “software”, “knowledge workers”, “boom”, “hardware”, “delet”, etc. (SAMPAIO; SANTOS; MESQUIDA, 2002, p. 08).

Dessa maneira, na medida em que o comando neoliberal do Estado opera a precarização das instituições, seja por meio dos cortes orçamentários, pelo cancelamento das bolsas de pesquisa ou pelos diversos discursos ofensivos direcionados à imagem das universidades públicas, materializa-se o exaurimento da função precípua dessas mesmas instituições que historicamente foram criadas para efetivar a garantia dos direitos sociais e do fortalecimento da construção do ideal democrático de sociedade.

Uma vez lograda a precarização da educação e dos serviços públicos, só restará à elite apresentar a privatização como a solução final para os problemas do povo. A exemplo do que normatiza a Declaração Universal dos Direitos Humanos (promulgada em assembleia geral pela

ONU em 1948, da qual o Brasil é signatário), no mínimo o serviço público de educação básica deve ser oferecido como direito humano inalienável da população do mundo, por forma do que determina tal diploma normativo internacional.

Ocorre que quanto mais precarizado e exaurido se encontra o sistema público de ensino, mais atrativos e eficientes irão parecer os sistemas de ensino padronizados e formatados sob os princípios mercantis de massa. Em outras palavras, o direito a uma educação de suposta qualidade torna-se a cada dia acessível apenas a quem pode pagar por ela. Dessa forma, torna-se possível entender as políticas neoliberais na educação como artifícios de perpetuação das classes em sua histórica condição de subalternidade e de inefetividade de direitos básicos. É possível interpretar tais políticas como dispositivos de manutenção do poder econômico das classes dominantes, de alienação e massificação das classes historicamente relegadas à exclusão social.

Os postulados teóricos de Pablo Gentili permitem aprofundar a análise do fenômeno considerado na medida em que tal autor também denota que:

As perspectivas neoliberais mantêm esta ênfase economicista: a educação serve para o desempenho no mercado e sua expansão potencializa o crescimento econômico. Neste sentido, ela se define como a atividade de transmissão do estoque de conhecimentos e saberes que qualificam para a ação individual competitiva na esfera econômica, basicamente, no mercado de trabalho (GENTILI, 2017, p. 193).

Partindo dessas reflexões, é possível conceber que quando Agamben teoriza acerca dos modos de perpetuação das vidas nuas e do Estado de exceção que se prolonga na história, ele também denota que tais existências exauridas de dignidade, espoliadas da efetividade de seus direitos humanos e sociais, não performam como meras existências excluídas da participação cidadã na vida política do Estado.

Agamben explica que tais vidas não são meramente excluídas da efetividade de seus direitos, mas que são abandonadas pelo direito e colocadas em uma fratura presente no ideal simbólico da vigência do Estado de direito que se apresenta como ente público que funciona conforme os ideais humanitários da dignidade humana e dos direitos humanos de forma geral. Nas palavras do autor:

A relação de exceção é uma relação de *bando*. Aquele que foi banido não é, na verdade, simplesmente posto fora da lei e indiferente a esta, mas é *abandonado* por ela, ou seja, exposto e colocado em risco no limiar em que vida e direito, externo e interno se confundem (AGAMBEN, 2002, p. 36).

Aplicando a concepção de *vida nua* e de Estado de exceção de Agamben para uma leitura da sociedade brasileira, as ideias de *bando* e de *abandonado* podem ser identificadas, por exemplo, em questões como a restrição de financiamento para a educação, não por falta de recursos, mas por deliberação do Estado acompanhado por um discurso moralizante que denigre a imagem da escola pública e o trabalho docente. A questão da falta de acesso à escola pública na modalidade de 0 a 5 anos que ainda é crítica no Brasil, a questão da desvalorização profissional e salarial docente que expulsa os bons profissionais deste setor, a falta de políticas de acesso ao Ensino superior e o incentivo ao mercado da educação no ensino superior são algumas evidências de abandono e de geração de *bandos* jogados à margem da sociedade. Todos podemos imaginar as consequências sociais dos abandonados, mas esse não é o foco de nossa discussão nesse texto.

As reformas neoliberais incidentes sobre o direito social à educação representam o movimento estratégico operado de acordo com intencionalidades e interesses finalísticos próprios dos grupos políticos no comando do Estado que admitem como consequência o exaurimento da dimensão pública e democrática do direito social à educação. Teóricos como Christian Laval aprofundam a compreensão desse fenômeno ao pensar sobre o domínio normalizador e padronizador das forças econômicas sobre o direito social à educação. Nas palavras do autor, isso implica em perceber a:

[...] capacidade que tem a instituição escolar de definir o campo dos saberes e a organização dos estudos que qualificam autenticamente os futuros assalariados, sem abdicar de visões culturais mais amplas. Isso supõe que a instituição seja suficientemente forte para não obedecer às demandas e às restrições avançadas pelas empresas, cuja lógica é necessariamente diferente, senão oposta à da escola [...]. Mas é necessário também defender a autonomia da escola em face de um neoliberalismo que considera que todas as instituições, inclusive as públicas, devem ser colocadas a serviço da máquina econômica em detrimento de qualquer outra finalidade (LAVAL, 2004, p. 86).

Nesse sentido, a razão neoliberal sobre a educação funciona, em essência, como fundamento da perpetuação da condição de subalternidade das classes historicamente alheias da efetividade de seus direitos, sobretudo se tal racionalidade for considerada enquanto elemento ideológico de interferência material no diagrama das forças sociais, instrumento estratégico de dominação disposto pela elite do mundo para a manutenção de sua histórica posição de hegemonia e controle sobre as massas.

Para além de desvendarmos o discurso ideológico que perpassa as políticas públicas educacionais, conforme registrado anteriormente, é preciso evidenciar as consequências materiais, ou seja, as consequências concretas que atingem os *bandos* ou massas de abandonados pelo Estado neoliberal. De imediato, podemos apontar para limites na empregabilidade e renda, para questões como esclarecimento sobre a própria cidadania que comprometerá o acesso a outros direitos sociais e prejudicará a atuação política consciente e engajada com os interesses públicos e, de acordo com Dardot e Laval (2016), aqueles direitos e garantias que asseguram o comum, o bem estar social em detrimento dos interesses do mercado.

Consoante às restrições do financiamento da educação e a falta de garantia da qualidade social da escola pública, o cenário que se desenha para as massas populacionais é o da *vida nua*, da vida desprovida de direitos, da vida indigna de ser vida, da miséria econômica e da miséria do espírito ou se desejarmos também podemos nominar de miséria cultural. *O homo sacer* restituído por Agamben do contexto do direito romano, hoje na realidade do totalitarismo neoliberal, é o excluído do mercado. Sem acesso aos padrões da qualidade social da educação escolar, sem acesso a programas de renda mínima, sem acesso a outras garantias sociais que lhe assegurem a dignidade. Está abandonado à própria sorte e ainda mais, do ponto de vista ideológico, é culpado pela sua condição marginalizado social já que não foi hábil o bastante para concorrer “entre iguais” no mercado do trabalho.

Outro fator ideológico que se faz presente nas reformas curriculares, especialmente no Ensino Médio, é a presença do empreendedorismo. No discurso dos técnicos e governantes partidários do neoliberalismo promovido pelo Estado, os jovens precisam aprender a ser empresários de si mesmos. Em outras palavras, as escolas precisam disseminar a ideia de que cada

pessoa é responsável pelo próprio sucesso ou fracasso econômico-social, construindo o pensamento ideológico do individualismo concorrencial em detrimento do pensamento do Estado democrático de direito que assegure a sociabilidade republicana e o sujeito histórico coletivo.

Todo o funcionamento caótico promovido pelo paradigma da exceção também se inscreve no cenário educacional na medida em que o enfraquecimento da imagem da educação pública e democrática passa a ser um dos objetivos a serem realizados pela racionalidade neoliberal que, ao lograr a transformação dos bens públicos em sucata, poderá oferecer a ideologia da privatização como solução milagrosa, ao mesmo tempo que opera o enfraquecimento da formação intelectual e crítica das massas.

Nos termos postulados por Marilena Chauí, é possível interpretar as crises existentes nas formas tardias do capitalismo e na periferia de seus subsistemas como momentos propícios para que a massa populacional tenha a ilusória oportunidade de “restaurar uma ordem sem crise, graças à ação de alguns salvadores. O tema da crise serve, assim, para reforçar a submissão a um poder miraculoso [...]” (CHAUÍ, 2001, p. 37). Nesta senda, o núcleo central de manutenção da racionalidade neoliberal perpetua a presença das vidas nuas e desarticuladas no cotidiano das cidades.

Na medida em que a estrutura do poder restaura um ideal simbólico de identidade coletiva às massas (que na realidade permanecem sob a pressão trágica dos fantasmas da crise econômica, do desemprego ou da própria morte), opera tanto a manutenção do funcionamento dos fluxos globais de exploração dos recursos da biosfera, como também sustenta a necessária padronização das formas de vida nua por meio de um ideal abstrato de identidade coletiva. Enquanto executa uma subjacente privatização dos direitos sociais, oferece uma educação padronizada aos interesses hegemônicos como sendo aquela que supostamente atenderá as necessidades do povo.

Essa identidade coletiva pré-fabricada sob a imagem e semelhança do capital de nada serve para a massa, promovendo a instrumentalização dos corpos pelo comando neoliberal para conferir um padrão comum de identificação intersubjetiva entre os indivíduos, fornecendo um padrão de reconhecimento simbólico que impeça os sujeitos de se identificarem, na realidade, como seres pertencentes a uma massa amorfa de seres cada dia mais desprovidos de direitos sociais, explorados pelo sistema totalitário do presente, que têm sua própria pulsão vital esgotada em favor de macroestruturas que não existem em razão da preservação da sua dignidade, mas em razão do uso utilitário de seus corpos e subjetividades a serviço dos interesses do capital.

Se por um lado Chauí permite ampliar a compreensão das estruturas biopolíticas ao conceituar o neoliberalismo como a nova forma do totalitarismo, enquanto este emerge como a “a afirmação da imagem de uma sociedade homogênea e, portanto, a recusa da heterogeneidade social, da existência de classes sociais, da pluralidade de modos de vida, de comportamentos, de crenças e opiniões, costumes, gostos e valores” (CHAUÍ, 2019, p. 01), por outro lado Rolnik (2018) estabelece as bases conceituais para perceber a micropolítica desse sistema, a forma e organização massiva das vidas nuas, arregimentadas na produção de um inconsciente colonizador capaz de alimentar as macroestruturas econômicas e políticas fazendo da razão neoliberal fundamento de reprodução da *vida nua*.

O tipo de racionalidade produzida pelo capital institui a competição cada vez mais aguda e amplificada entre os indivíduos, formata uma subjetividade subordinada “à globalização e

financeirização do capitalismo [...] capaz de incorporar e reorientar duradouramente políticas e comportamentos numa nova direção” (DARDOT; LAVAL, 2016 p. 190).

Com efeito, o nível de insuportabilidade gerado pelas reiteradas violações à dignidade humana e a imputação de condições de vida degradantes nos pretensos Estados democráticos de direito compõem o clímax da decadência gerada pela nova forma neoliberal de gestão do rebanho humano e dos fluxos internacionais do capital.

A redução de todas as atividades sociais à condição de mercadorização para o consumo e a ilusão de liberdade são elementos centrais que a tradição filosófica convencionou chamar de racionalidade neoliberal que tem como intuito a subjacente finalidade de, conforme Dardot e Laval, “fabricar homens úteis, dóceis ao trabalho e dispostos ao consumo [...]” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 325).

O coletivismo totalitário teorizado em Arendt (2012) emerge agora com nova roupagem. A formatação difusa das subjetividades a partir da racionalidade neoliberal implica em despertar a condição necessária para que os seres humanos estejam dispostos a tolerar níveis de exigência cada vez mais excessivos e que sejam capazes de ainda se comportarem como “agentes racionais” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 226).

Os movimentos insurrecionais no contexto brasileiro denotam a força pulsional embrionária de recusa à submissão ao poder neoliberal-totalitário. Atos de insubordinação do presente assumem a roupagem de pautas identitárias e partidárias que, sem prejuízo do reducionismo fragmentário dos interesses particulares de cada segmento, estão ligados entre si pelo fato de que os níveis de insuportabilidade, de subalternização das existências e expropriação da dignidade geral da massa humana alcançou níveis intoleráveis.

São recorrentes as investigações e publicações de pesquisadores, especialmente de universidades públicas, que pronunciam suas análises e críticas em relação a presença nefasta das políticas públicas educacionais ancoradas em pressupostos neoliberais. Soma-se a isso, manifestações em defesa da dignidade das pessoas negras, e de minorias; os conflitos armados no oriente médio como forma de fazer frente à hegemonia da energia e do petróleo, por exemplo; ações que criam territórios políticos que exemplificam formas de insubordinação a uma ordem estatal colonizada pelos interesses privados e programada para operar a rede de sistemas simbólicos que imputam na sociedade a ideia abstrata da vigência e funcionamento racionais de um Estado democrático e de direito.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do pressuposto de que a racionalidade neoliberal imputa sobre os corpos níveis cada vez mais agudos de competição e fragmentação, considerando as políticas de Estado impulsionadas pelo objetivo de concretização da privatização das instituições públicas e dos direitos sociais, compete perceber, por consequência, que o atual sistema mercantil totalitário exaure a própria força vital dos indivíduos humanos por meio de sua colonização intelectual e subjetiva.

Considerando a educação como área estratégica de intervenção das pautas que servem ao comando neoliberal do Estado, o estudo em questão revela a urgência de novas formas de insurreição e de fortalecimento da educação pública e de qualidade como formas de viabilização da construção democrática da sociedade.

As chaves de leitura fornecidas por Agamben a partir da ideia de *vida nua* permitem interpretar as políticas neoliberais na educação como dispositivos estratégicos de manutenção das classes dominadas em sua tradicional condição de exclusão social. Tal racionalidade no cenário educacional revela o movimento estratégico do exercício do poder capitalista sobre os corpos que compõem o tecido social que se tornam cada vez mais condicionados à privatização dos direitos sociais e ao sucateamento da educação pública como forma de manutenção da hegemonia mercantil.

A partir disso, enquanto a potência dos sujeitos não for canalizada por entre os fluxos sistêmicos de modo a promover o real aproveitamento dos direitos e garantias fundamentais formalmente garantidas à população; enquanto a pulsão vital da massa humana se perpetuar instrumentalizada pelos interesses privados, conservadores e excludentes; enquanto a máquina estatal não for capaz de se instituir materialmente como democrática e de direito, a perpetuação das vidas nuas restará mantida pelas políticas de subjetivação reativas, colonizadoras.

A racionalidade neoliberal na educação revela a subjacente intenção de afastar a dimensão pública e democrática de tal direito social e denota a apropriação da força vital dos sujeitos operada conforme políticas do desejo próprias do atual regime, estabelece a crença difusa de que a situação macropolítica, tal como se encontra, não pode ser atingida pela radical hipossuficiência dos indivíduos fragmentados em um falso coletivismo.

Nesse sentido, as lentes conceituais viabilizadas por Agamben permitem revelar um diagnóstico do contexto neoliberal que visa impulsionar uma educação fundada em princípios antidemocráticos, desconectados de uma formação intelectual e crítica destinada à emancipação da classe trabalhadora de sua histórica condição de exclusão social. Revelam, além disso, os fluxos sistêmicos das políticas neoliberais de precarização da educação pública como ferramentas dispostas pelo poder neoliberal-totalitário que operam a colonização intelectual e subjetiva dos corpos humanos conforme os desígnios do capital.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **Neoliberalismo**: a nova forma do totalitarismo. [S.l]: A Terra é Redonda, 2019. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/neoliberalismo-a-nova-forma-do-totalitarismo/>. Acesso em: 30 mai. 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução de Mariana Echalar. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GENTILI, Pablo. O que há de novo nas novas formas de exclusão na educação? Neoliberalismo, trabalho e educação. **Educação e realidade**, v.20-1, 2017. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71754>. Acesso em: 13 mai. 2022.

HAYEK, Friedrich. **O caminho da servidão**. 5ªed. Tradução de Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liliane de Moraes Ribeiro. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. trad. Maria Luiza M. de Carvalho e Silva. Londrina: Editora Planta, 2004.

MARX, Karl. **O capital**. 3ª ed. Tradução de Albano Moraes. Condensação por Gabriel Deville. Bauru, SP: Edipro, 2008.

NEVES, Marcelo. **A constitucionalização simbólica**. 3ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

SAMPAIO, Carlos Magno Augusto; SANTOS, Maria do Socorro dos; MESQUIDA, Peri. Do conceito de educação à educação no neoliberalismo. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 3, n.7, p. 165-178, set./dez. 2002. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/4921/4885>. Acesso em: 13 mai. 2022.

SILVA, João. Paulo de Souza da.; MEI, Danielle. O desmantelamento do direito à educação no pós golpe. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 12, n. 23, p. 289-306, jul./out. 2018. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/852/pdf>. Acesso em: 03 mar. 2022.

ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1 edições, 2018.

Recebido em: 23 de novembro de 2022

Aprovado em: 26 de fevereiro de 2023